

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ERIKA RAQUEL ARRAIS RODRIGUES

SAÚDE MENTAL DA MULHER E OS MÚLTIPLOS PAPÉIS

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2018

ERIKA RAQUEL ARRAIS RODRIGUES

SAÚDE MENTAL DA MULHER E OS MÚLTIPLOS PAPÉIS

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
Orientadora: Prof^a. Silvia Morais de Santana Ferreira

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

SAÚDE MENTAL DA MULHER E OS MÚLTIPLOS PAPÉIS

Erika Raquel Arrais Rodrigues¹

Silvia Morais de Santana Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo dos diversos papéis exercidos pelas mulheres, e suas implicações na saúde mental, visto que atualmente percebe-se uma grande quantidade de somatizações devido o estresse no trabalho, a exemplo da Síndrome de Burnout, quadros depressivos, de ansiedade, dentre outros. Nesse sentido, observa-se que com desconstrução acerca das potencialidades da mulher, a mesma passou a estar presente em atividades para além das atividades domésticas e de cuidado da família, chegando assim a atuar em atividades laborais que antes não era possível. Entretanto percebe-se grandes níveis de desigualdade de gênero em relação à atuação da mulher no mercado de trabalho, pois mesmo com níveis de escolaridade maiores, os salários são menores se comparado ao dos homens, bem como com relação aos cargos que as mesmas ocupam, em que a presença das mulheres é bem menor em cargos de chefia, por exemplo. Desse modo, este trabalho apresenta a importância do profissional de psicologia diante de tais questões, visando salientar a sua contribuição no desenvolvimento de ações do cuidado em saúde mental. Assim artigo tem como objetivo principal compreender como o trabalho impacta na saúde mental da mulher frente aos diversos papéis exercidos por ela. E para tanto, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa para realização do estudo.

Palavras-chave: Múltiplos Papéis. Saúde Mental. Mercado de Trabalho. Adoecimento.

ABSTRACT

The present paper presents a series of roles for exercising for women, and their implications on mental health, since it is perceived that a large amount of somatizations due to stress at work, an example of Burnout Syndrome, depressive disorders, anxiety, Leaders. In this sense, it is observed that, with deconstruction about the potential of the woman, she became present in the activities beyond the domestic activities and care of the family, thus reaching work activities that were previously not possible. However, it can be seen that the high levels of gender inequality in relation to women's activity in the labor market, because even with higher levels of education, wages are lower for men, they are related to the functions in which the presence of women is lower in managerial burdens, for example. Thus, this work presents an importance for the professional development of psychology in the face of mental health concerns. This article has as main concern how the work in the mental health of the woman of addictions in papers exerted by her. And for that,

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: erika-arrais@hotmail.com

² Orientadora Professora do curso de graduação de Psicologia do Centro Universitário Dr Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: silviamorais@leaosampaio.edu.br

using the method of bibliographical research, with a qualitative approach to carry out the study.

Key-Word: Multiple roles. Mental health. Job market. Sickness.

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de inserção da mulher na esfera pública da vida em sociedade é longo e repleto de percalços. Historicamente, à mulher foi reservado o lugar privado das atividades sociais, a saber, os cuidados com o lar, com os filhos e com o marido, cabendo aos homens à participação na dimensão pública. Diversas instituições estruturaram essa ideologia nesse percurso, dentre elas, destaca-se principalmente a igreja. Todavia, como em todas as relações de dominação humana, a resistência também é uma característica presente e, no sentido da luta pelos direitos das mulheres, realça-se as revoluções feministas que eclodiram principalmente no século XX.

No que se refere a inserção da mulher no mercado de trabalho, Alves e Guimarães (2009), apontam que o processo de industrialização do país em meados do século passado possibilitou certo dinamismo e mobilidade social. Nesse sentido, esse fenômeno acabou por evidenciar diversos conflitos sociais. Assim, conflitos de interesses de cada categoria da sociedade emergem profundamente e, portanto, as mulheres conseguem espaço para o estabelecimento de uma relação crucial entre o processo de emancipação social feminina e o direito a participação igualitária nas atividades laborais.

No contexto atual, é visto um número crescente de mulheres inseridas no mercado de trabalho, sendo que aliado a isso é perceptível a realização de outras atividades, a exemplo dos afazeres domésticos. Com essa diversidade de papéis assumida pelas mulheres, observou-se que com o excesso de carga e estresse advindos das múltiplas tarefas, isto parece vir influenciando de forma significativa para o aparecimento de enfermidades psicossomáticas.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender como o trabalho impacta na saúde mental da mulher frente aos diversos papéis exercidos por estas. Quanto aos objetivos específicos: identificar os principais papéis exercidos pelas mulheres; entender como os múltiplos papéis interferem na saúde mental das mulheres; analisar a importância do cuidar na saúde mental da mulher.

2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO

Sabe-se que ao longo da história os papéis masculinos e femininos no seio da sociedade eram consideravelmente delimitados, sendo, o primeiro, respectivamente, que tomava todas as decisões dentro e fora do contexto familiar e, o segundo, estando subordinado as atividades realizadas no lar. Percebe-se que isso acarretou uma série de consequências, principalmente para as mulheres, que estando à mercê das vontades dos homens não possuíam tanto espaço para tomar as próprias decisões, dificultando, sobretudo, a sua inserção no mercado de trabalho (VALVERDE, 2016).

Embasando-se em Aristóteles, Higa e Vieira (2013), postulam que o filósofo exerceu uma forte influência para essa compreensão de que a mulher é um ser inferior e que é imperativo ao homem se utilizar de suas faculdades mentais superiores para administrar as suas vidas. Apesar das lutas direcionadas a emancipação quer seja política, econômica, social, dentre outras, poucas foram as conquistas. Durante muito tempo o pressuposto de que as mulheres eram inferiores aos homens perdurou, permitindo o fortalecimento da crença de que a mesma não era capaz de realizar trabalhos ditos masculinos (VALVERDE, 2016).

Nesta perspectiva, foi na segunda metade do século XVIII em território francês que uma tentativa de afirmação de igualdade, fraternidade e liberdade entre os seres humanos foi proposto, no entanto, apesar desses ideais, em termos práticos, observou-se que as mulheres novamente não poderiam se apropriar destes direitos, devido a consideração da sua incapacidade de responder sobre si mesma (HIGA; VIEIRA, 2013).

A partir do século XIX com a Revolução Industrial, várias transformações ocorreram no setor operário, possibilitando a entrada de homens, crianças e mulheres no contexto fabril. Nascimento e Nascimento (2014) explanam que embora houvesse uma intensificação da presença das mulheres no mercado de trabalho depois da Revolução Industrial, é notório que sempre existiu a sua participação. Arelado a Revolução Industrial, está à Primeira Guerra Mundial, período igualmente demarcado pela facilitação da utilização de mão de obra feminina.

Nascimento e Nascimento (2014, p.32), complementam ainda que,

[...] a Primeira Guerra Mundial precipitou o movimento de penetração da mulher nas oficinas. Em 1900, na Grã Bretanha, todavia, não ultrapassaram a proporção de 10% do efetivo dos empregados e, pouco antes da guerra, passaram a constituir 1/4. Com a guerra, 200.000 mulheres ingressaram nas oficinas; em 1911, foram 185.000; em 1931, 580.000; em 1951, 1.200.000, mais da metade do efetivo. Na França, em 1954, 48,3% dos empregados do setor secundário e 52,5% do setor terciário eram mulheres, somando 26% da força do trabalho subordinado. Nos Estados Unidos, passaram de 3,7 a 27%.

Neste intuito, é importante enfatizar que a inserção da mulher no mercado de trabalho não diz respeito à redução da desigualdade entre os gêneros, condição esta fomentada cultural e socialmente, embora seja um acontecimento significativo para a categoria feminina (HIGA; VIEIRA, 2013). Vinculado ao aumento destas na indústria, quadros de adoecimentos decorriam muito frequentemente, devido à realização de atividades que consistiam entre 14 a 16 horas diárias em ambientes insalubres (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2014).

De acordo com Barros (2011), esta realidade possibilitou um olhar mais humanizado para com os operários, incluindo, especialmente, as crianças, mulheres e pessoas machucadas. Tal cenário serviu igualmente para denunciar as situações de exploração e opressão sofrida pelos funcionários, o que permitiu a partir disso a criação de uma legislação específica, denominada Direito do Trabalho.

2.2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Ribeiro e Jesus (2016), afirmam que a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro se deu principalmente pela busca de complementação da renda familiar e o aumento do consumo, constituindo enquanto uma das marcantes mudanças ocorridas no país na década de 1970. Além disso, Amaral e Vieira (2009, p. 1), destacam as “mudanças nos padrões comportamentais trazidas pelo controle da natalidade por meio da pílula anticoncepcional, do movimento feminista e do movimento hippie”.

Diante disso, é perceptível que as lutas sociais possibilitaram uma ampliação dos espaços de atuação da mulher não somente no Brasil, como no mundo. Todavia, esses avanços também vêm junto de retrocessos, uma vez que a principal

questão sobre as disparidades sociais entre os gêneros ainda não foi solucionada: a sociedade patriarcal. Nesse sentido, Ribeiro e Jesus (2016) denunciam que a trajetória da mulher no mundo do trabalho não se deu de forma linear. Desde o início até a contemporaneidade tal inserção tem necessitado de esforço contínuo para a superação de obstáculos. As autoras indicam que apesar dos níveis de escolaridade maiores, as mulheres têm os menores salários em relação aos homens e sua participação no mercado é menor, principalmente em cargos de chefia.

Além disso, um dos fatores mais preocupantes da atualidade no que se refere ao trabalho feminino é a dupla jornada. Como a manutenção da subjugação da mulher às tarefas da esfera pública ainda é feita pela sociedade patriarcal, a mulher até pode ter conseguido ocupar outros espaços, mas as tarefas anteriores ainda lhes são delegadas e acumuladas. Tschiedel e Traesel (2013, p.612) afirmam que por o trabalho na esfera privada não ser remunerado, nem muito menos reconhecido, se torna “uma atividade repetitiva, desgastante e sem sentido”.

Outro fator é incluído na jornada feminina: a necessidade de qualificação exigida pelo sistema capitalista. Amaral e Vieira (2009, p.2), explicitam que:

A complexidade da situação feminina agrava-se, na atualidade, com a crescente demanda das empresas por maior qualificação do trabalhador, exigindo da mulher o cumprimento de não apenas duas jornadas de trabalho, mas três, aqui entendidas como a conciliação das atividades profissionais, familiares e educacionais.

Nesse ínterim, faz-se necessário reconhecer o lugar do trabalho na nossa sociedade, bem como realizar o recorte de gênero, a fim de compreender como este tem se relacionado com os processos de adoecimento e somatização das mulheres. Nessa perspectiva, com todas essas condições que são exigidas da mulher, o resultado dessa absorção de diversos papéis consiste em conflitos psíquicos e somatização, bem como marcas de desequilíbrio psicossocial (TSCHIEDEL; TRAESEL, 2013).

Em estudo realizado, estudiosas, encontraram que os baixos níveis de renda e escolaridade, bem como a ausência de atividades de lazer “se configuraram como potenciais confundidores na associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns” (PINHO, ARAÚJO, 2012, p. 570). Além disso, mulheres com mais de um salário mínimo como renda possuem níveis mais baixos de Transtornos Mentais Comuns do que mulheres que recebiam até um salário mínimo,

considerando as que identificaram a sobrecarga de atividades domésticas e no mercado de trabalho. Afirma-se ainda que a renda possa ser um fator desencadeador de ansiedade e depressão, tendo em vista a preocupação com problemas financeiros (PINHO; ARAÚJO, 2012).

Diante dessas questões, destaca-se a necessidade de um recorte de gênero na atenção à mulher na promoção da saúde mental, contribuindo para o âmbito das discussões nas políticas públicas e sociais para abarcar e compreender a questão do gênero. Cabe ainda salientar a imprescindibilidade da atividade doméstica para a manutenção da vida humana e, por esse motivo, a mesma deve ser tomada a partir de uma perspectiva de prática social. Nesse sentido, é fundamental incluir a relação entre ambas as esferas de produção da vida na compreensão do trabalho feminino na nossa sociedade, movimentando-se cada vez mais para uma realização saudável e igualitária dessas atividades (PINHO; ARAÚJO, 2012).

3 MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO FEMININO

Ao analisar o entrelaçamento da relação globalização-trabalho-gênero, depara-se com mudanças recentes no mundo do trabalho, principalmente no que concerne a divisão sexual. A globalização e a égide do sistema socioeconômico neoliberal representam um paradoxo, pois geram riscos e oportunidades para a mulher trabalhadora. De um lado, as relações salariais pioraram diante de políticas de flexibilização do trabalho. Por outro ângulo, há movimentos sociais contra a globalização, propiciando o surgimento do empoderamento de novos atores coletivos, como nas intervenções comunistas da Marcha Mundial das Mulheres (COSTA et al, 2008).

Assim, conforme Costa et al (2008), a intensificação de trocas comerciais internacionais e as mudanças socioeconômicas apontam para uma maior participação do gênero feminino no mercado de trabalho formal e informal. Contudo, é crescente que as mulheres atuem enquanto participantes de trabalhos em precarização, fenômeno observado na América Latina, Ásia e Europa. As transformações no trabalho implicam em flexibilidade e precarização, uma vez que houveram mudanças tecnológicas e organizacionais, investindo-se sobre a intensificação da produtividade no trabalho e a insegurança no emprego.

Desse modo, para Costa et al (2008), surgem duas tendências no que concerne ao gênero feminino no mercado de trabalho: a) aumento da diversificação de funções ligado ao trabalho assalariado, bem como o crescimento de uma minoria de pessoas do sexo feminino que ocupam cargos executivos e estratégicos; b) a concentração das atividades realizadas por mulheres em serviços pessoais, âmbitos educacionais e cuidado em saúde. Ademais, vislumbra-se uma bipolarização, em um pólo profissional altamente qualificado (médicas, advogadas, professoras, engenheiras) e em outro, mulheres que recebem baixos salários, sendo alvo de discriminação e falta de reconhecimento social devido a pouca qualificação.

A segregação do gênero feminino ao âmbito privado, a dedicação aos cuidados domésticos e familiares se remete a um modo de exclusão social. Durante o período pós-guerra, com a iminência da Revolução Industrial e da mecanização da produção, o poder público interferiu na regulação da economia, contratando trabalhadores prioritariamente do sexo masculino. Deste modo, destacando-se a importância da mulher para a estruturação desse fenômeno, tendo em vista que seu papel social era garantir a estruturação do sistema capitalista, prestando cuidados ao trabalhador que ofertava sua mão-de-obra as fábricas e indústrias (LEONE; BALTAR, 2008).

Nesse sentido, segundo Amaral (2012), as representações sociais no que concerne ao homem e a mulher são constituídas à luz de objetivos empresariais, interligando a figura feminina a execução de diversas tarefas, a adaptação e aceitabilidade, enquanto o masculino a criatividade e inovação. Por conseguinte, destaca-se que

Essas representações de gênero servem como suporte ideológico para manter o espaço da mulher na esfera privada (familiar) e o do homem na esfera pública (atuação profissional). O termo privado remete à ideia de algo que não pode ser visto nem conhecido; portanto, silencioso, invisível e desqualificado. Dessa forma, as atividades do lar podem ser consideradas como invisíveis, por não serem valorizadas, principalmente na concepção capitalista, já que não resultam em nada produtivo para o mercado comercial. O termo público, por sua vez, traduz aquilo que pode ser visto e ouvido por todos, denotando visibilidade e acessibilidade. Assim, ao se identificar a mulher com características ligadas a aspectos como atenção, educação, cuidado, afetividade, sensibilidade e passividade, percebe-se a construção de uma imagem do seu trabalho associada ao espaço doméstico; por outro lado, a figura do homem provedor, agressivo, ativo, forte, empreendedor, inteligente e dominador o coloca como responsável pela esfera pública. Essa construção de

desigualdades entre os sexos, apoiada em construtos biológicos, ajuda a manter as relações de dominação, exploração e opressão da mulher (AMARAL, 2012, p. 9).

Consonante a isso, de acordo com Leone e Baltar (2008), ressalta-se a exclusão feminina do mercado de trabalho devido à representação social da mulher enquanto eminentemente imbricado aos afazeres domésticos e a instituição familiar, dada a conotação social associada ao gênero feminino. Por conseguinte, a partir da década de 60, devido à crise e a reestruturação do capitalismo para um modelo neoliberal, abalou-se o modelo social anteriormente citado. Com isso, há o aumento da participação das mulheres em trabalhos remunerados, caracterizando-se pela luta e resistência em prol da superação do modelo patriarcalista.

Assim, em concordância com essas discussões sobre o âmbito social, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011), no que concerne ao local de trabalho, homens trabalham principalmente em indústrias e escritórios, enquanto as mulheres é mais comum trabalhar em residências. Posto isso, o trabalho doméstico remunerado reflete o caráter histórico brasileiro de desigualdades sociais, dada a ocupação atrelada a baixo valor social e a mulheres negras e pobres, reunindo traços perversos de uma herança histórica escravista e patriarcal, compreendendo a dupla face da exclusão pela interseccionalidade entre gênero e raça.

Destaca-se que a segregação ocupacional disposta sobre o gênero é referente à representação social das mulheres atrelada a determinadas atividades. Os gêneros masculino/feminino demarcam uma hierarquia do primeiro e subalternização do segundo, apontando que homens e mulheres estão associados a diferentes espaços de trabalho. Destarte, criando-se restrições às mulheres da ocupação de postos de trabalho com notoriedade e prestígio social, limitando as possibilidades de atuação profissional e fomentando disparidades de gênero dadas a desigual remuneração. Devido a isso, à segregação ocupacional faz com que as mulheres concentrem-se no setor econômico de serviços, em ocupações com pouca remuneração e de menor implicação de responsabilidade (LEONE; BALTAR, 2008).

A inserção no mercado de trabalho é um pressuposto central para a construção da identidade, findado por definir padrões de socialização, e fundamental para a obtenção autônoma de recursos capazes de suprir necessidades básicas. Nesse seguimento, para as mulheres, conquistar a autonomia diante da

remuneração econômica é essencial para a emancipação social e a realização de projetos de vida. No que tange a população negra, o mercado de trabalho faz-se âncora para o enfrentamento de uma realidade social de pobreza, privação e exclusão (IPEA, 2011).

Dados evidenciam uma segmentação ocupacional que interpela as desigualdades sociais de raça e gênero. As mulheres, predominantemente negras, concentram-se em serviços sociais, englobando serviços de cuidados mais amplos nas áreas domésticas, da educação, serviços sociais e saúde. Tais considerações permitem observar que a participação das mulheres do mercado de trabalho tem se consolidado no Brasil, deixando de ser percebida de forma secundária. Contudo, ocupam menos espaço no mercado de trabalho se comparadas aos homens, sobre representadas e ocupando espaços precários. Além disso, a trajetória de integração feminina ao mercado de trabalho não apontou para a redivisão dos cuidados domésticos entre homens e mulheres (IPEA, 2011).

Ressalta-se que as mulheres conquistaram espaços no mercado de trabalho e na geração de renda. Porém, muitas vezes, isso significa enfrentar uma dupla jornada de trabalho, uma vez que a representação social do gênero feminino ainda continua atrelada as atividades domésticas. No cenário brasileiro, constata-se um crescimento de mulheres casadas e com filhos, relacionando-se ao aumento da inserção da mulher no espaço profissional devido à complementação da renda ao trabalho masculino (IPEA, 2011).

4 SAÚDE MENTAL FEMININA

Historicamente, há uma relação mulher-loucura, na medida em que as mulheres destoavam dos padrões e normas culturais exigidos socialmente. Desse modo, na Idade Média, as mulheres que conheciam as propriedades das ervas e que faziam porções e remédios caseiros para o tratamento de doenças eram consideradas anormais, bruxas e feiticeiras. Ademais, tratava-se de mulheres que eram acusadas de transgredir a ordem moral, uma vez que as mesmas não se adequavam a instituição matrimonial e produção doméstica, investindo nas práticas de prostituição e aborto. Por conseguinte, a caça as bruxas, fortaleceu a associação entre mulher e loucura, visando atingir o objetivo de normatização social (PERGORARO; CALDANA, 2008).

Para Pergoraro e Caldana (2008), as instituições psiquiátricas foram responsáveis pelo encarceramento de todos os desviantes das normativas impostas, tais como pessoas em situação de rua, pobres, pessoas com deficiência, incluindo mulheres revolucionárias que ousavam se contrapor aos padrões sociais que reforçavam a submissão feminina e a égide do poder masculino. Desse modo, a imposição do silêncio é uma marca predominante na caracterização do atendimento às mulheres em manicômios.

O modelo de saúde mental antimanicomial e emancipador, evidencia serviços extra-hospitalares, reforçando o empoderamento social da ressocialização e compreendendo a família como rede de apoio e sustentação. Assim, as mulheres apresentam-se como protagonistas em seus núcleos familiares, responsabilizando-se por cuidados não remunerados, auxiliando as pessoas com transtornos mentais no exercício de suas atividades cotidianas e fornecendo dados sobre a história de vida do sujeito. Contudo, para além da prestação de cuidados, aponta-se para a dupla jornada de trabalho feminino, no que condiz aos afazeres domésticos e trabalhos remunerados. Com isso, a mulher demanda amparo social, seja ele exercido por profissionais da saúde mental e/ou pelos vínculos afetivos e familiares (PERGORARO; CALDANA, 2008).

Portanto, conforme as autoras supracitadas, faz-se necessário um cuidado à saúde mental do gênero feminino que vislumbrem as questões sociais, culturais e políticas envolvidas no patriarcalismo e na construção de estereótipos que interligam a mulher à loucura. Dessa maneira, cabe ao profissional psicólogo à realização de intervenções pautadas no compromisso ético-político com a desigualdade de gênero (PERGORARO; CALDANA, 2008).

5 AS MÚLTIPLAS TAREFAS EXERCIDAS PELAS MULHERES E O IMPACTO NA SUA SAÚDE MENTAL

Escrevo a partir da feiura e para as feias, as caminhoneiras, as frígidas, as mal comidas, as incomíveis, as histéricas, as taradas, todas as excluídas do grande mercado da boa moça. E começo assim para que tudo fique bem claro: não me desculpo por nada, não vim aqui para reclamar. Não trocaria de lugar com ninguém. (DESPENTES, 2016, p. 9).

Os escritos acima são do livro autobiográfico *Teoria King Kong* da feminista francesa Virginie Despentes que tem provocado o campo literário com seus pensamentos relevantes sobre o papel da mulher na contemporaneidade. A mesma se reconhece como fora dos padrões sociais e não se submete aos pontos de vista do qual tratam da sua exclusão. A autora ainda relata que é do tipo “com quem não se casa, com quem não se faz filhos; [...] deste lugar feminino sempre de maneira excessiva, muito agressiva, [...] muito gorda, muito peluda.” (DESPENTES, 2016, p.11).

De fato, pode-se reconhecer que suas qualidades e personalidades descritas é exemplo claro dessa mulher emancipada, fora de padrões e possivelmente excluída do social. O papel da mulher contemporânea mudou drasticamente com os novos meios de informações, posicionamentos e transformações sociais do movimento feminista de viés sociopolítico e que preconiza o aprimoramento, bem como ampliou os direitos das mulheres na sua busca de emancipação do exercício materno e machista. Assim, no decorrer dos últimos anos, percebe-se que a mulher vem ocupando novos espaços e exercendo posições importantes, a exemplo do mercado de trabalho (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

De acordo com as autoras supracitadas em detrimento de sua carreira e estudo, algumas mulheres passaram a exercer cargos que antes eram apenas trabalho de homens. Sua inserção em todas as demandas possíveis gerou um adiamento quanto aos planos maternos. Segundo as pesquisadoras Lopes, Dellazzana-Zanon e Boeckel (2014, p.1) sobre o papel da mulher, “sempre foram consideradas o centro da família como consequência dos papéis exercidos como mãe e esposa. Vistas como cuidadoras, primeiro dos homens, depois das crianças e, por fim, dos idosos”.

Desde criança algumas meninas sofrem diversas rejeições quanto ao seu comportamento, no qual são moldadas a cumprir alguns afazeres domésticos ou até mesmo serem proibidas de brincar ou andar em conjunto com meninos. Essas ações, na maioria dos casos, causam bloqueios corporais no qual reverbera na sua fase adulta tais como, o medo de sair de casa à noite ou deixar de vestir-se como tem vontade (BEAUVOIR, 1967/1970).

O corpo da mulher sofre essas diversas violências implicitamente ao longo de toda sua vida. A sociedade machista e misógina atribui e elege o homem como centro e provedor do lar, bem como delegador das funções para as mulheres.

Devido às transformações sociais e mudanças de seus papéis na sociedade contemporânea, a mulher a quem era atribuído ao papel de esposa cuidadora do lar rompeu com algumas fronteiras desse formalismo, no qual é comum uma inversão de papéis e ampliações de suas funções, tanto para ela como para ele na contemporaneidade (BEAUVOIR, 1967/1970).

Nesta medida, em consequência da multiplicidade de papéis e perspectivas de vida, as mulheres findam postergando a maternidade. Isso pode estar associado à falta de tempo ou o excesso de atividades que ela tem que exercer socialmente, influenciando, dessa forma, para o não cuidado da sua saúde, devido está voltada para a dedicação a aspectos laborais. Lopes, Dellazzana-Zanon e Boeckel (2014) identificam que a maternidade atual pode ocorrer com maior frequência no auge dos 35 anos, no qual nessa fase é normal a mulher sofrer baixa produção hormonal, o que pode prejudicar a formação do feto, e que leva a preocupações de alguns profissionais da saúde a repensar mecanismos que equilibrem a produção desse controle hormonal.

Os riscos aumentam a partir dos 40 anos em diante devido ao envelhecimento e perda de alguns hormônios essenciais que contribuem para a formação do feto. Diante disso, a maternidade pode ser acompanhada de um profissional médico capaz de possibilitar evitar, ou até mesmo amenizar os riscos expostos. Em seus estudos, Lopes, Dellazzana-Zanon e Boeckel (2014) observam que a maioria das mães tardias tende a ter melhores condições devido situações econômicas, emocionais, estáveis para uma gestação tranquila. Ressalta ainda a importância dos avanços da medicina e da percepção do cenário social para as possibilidades das mulheres tornarem-se mães em uma idade mais tardia.

Algumas mulheres contemporâneas ainda se enxergam inferiores ou fora dos padrões sociais perante os outros, atribuindo seu papel como mulher dona de casa, mãe de família e que, segundo Magalhães (1980), reconhece como *autodesprestígio*, no qual ela pode não confiar no seu trabalho profissional. Este autor aborda ainda alguns questionamentos perante essa abordagem: “o que fazer para chegar à igualdade assegurada perante a lei? Qual a melhor maneira da mulher derrubar essa tradição de séculos? Talvez, o movimento feminista?” (MAGALHÃES, 1980, p.132).

Atrelado a isso, nota-se também que, devido ao seu papel duplo, muitas mulheres ao terem os filhos, na maioria das vezes, perdem seus empregos.

Também há, nesse contexto, um problema que passa a ser social, pois muitas vezes não há creches que cuidem de seus filhos impossibilitando que elas retornem ao mercado de trabalho. Outro caso é quando ela sai a procura de oportunidades e se depara com a vasta desvalorização de seu trabalho, exercido pela gratificação menor quanto à dos homens (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

Quanto ao seu avanço, o movimento feminista sofreu drasticamente nas últimas três décadas. Grupos que foram homogêneos, compostos pela classe média e brancas, hoje abarca outras classes e etnias. Tal reflexo é proveniente de sua luta emancipatória que contaminou outras durante seu percurso histórico (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

A violência, apesar dos avanços e empoderamento, ainda é algo que muitas mulheres enfrentam no cotidiano, independentemente de sua classe, religião, etc. Outro desafio contemporâneo é a questão do aborto (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

O aborto é um caso sério de saúde pública e reflexo disto, são os números alarmantes de mortes de mulheres ao realizar o aborto, tornando-se uma das principais causas da mortalidade materna. Contudo, quem morre nesse processo são as mulheres jovens, pobres, e negras em especial, quando recorrem a clínicas clandestinas ou quando elas mesmas realizam o aborto. Em contrapartida, as mulheres da classe média, religiosas ou não, procuram clínicas particulares, e assim como a violência, o aborto ocorre em diferentes classes e independe de religião. Enquanto o Estado tratar o aborto como crime e não como questão de saúde pública, inúmeras mulheres continuarão morrendo. (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015, p. 96).

A falta de discussão em espaços escolares, bem como na política ou em outros espaços sociais, contribui de alguma forma para a morte dessas mulheres que são, na maioria dos casos, oprimidas da sociedade. São diversos exemplos de lutas e emancipação pelos direitos de igualdade, de erradicação de assédio, de direito pelo próprio corpo, dentre outros que, mulheres por todo mundo, têm enfrentado constantemente, visto que esses fatores acabam influenciando na integridade da mulher, independente do contexto no qual está inserida (COELHO, 2014).

Como aponta Lopes, Dellazzana-Zanon e Boeckel (2014), a discussão dessas temáticas é relevante à medida que possibilita a sociedade, especialmente, as mulheres, refletir sobre os papéis que lhe são designados desde sempre, na

tentativa de desconstruir essa visão estabelecida que envolve um dominador e um dominado, característica evidente do cenário construído e imerso no patriarcado.

Despentes (2016) elucida que o questionamento desses espaços que lhe são atribuídos finda por despertar um senso crítico nas mulheres, fazendo-as implicarem-se mais e, conseqüentemente, favorecendo a ocupação de novos espaços e perspectivas em relação as suas qualidades, limitações, noções sobre o seu próprio corpo, dentre outros. Podendo ser visualizada essas transformações na atualidade, com a escolha do adiamento da maternidade e inserção precoce no mercado de trabalho (LOPES; DELLAZZANA-ZANON; BOECKEL, 2014).

5.1 O TRABALHO E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA MINIMIZAR SEUS OS IMPACTOS NO PROCESSO DE ADOECIMENTO

O contexto organizacional na atualidade tem dado margem a extensas discussões, especialmente referente ao processo de adoecimento do colaborador. Para Silva, Bernardo e Souza (2016) pode-se elencar três conjecturas basilares que impactam significativamente em seu bem-estar quer seja físico e psicológico: o ambiente globalizado, as modificações tecnocientíficas e as transformações pertinentes ao gerenciamento nas organizações. Estes elementos terminam interferindo também no modo como os colaboradores desempenham seus papéis e se colocam socialmente.

Segundo Bernardo, Nogueira e Bull (2011), é imperioso ressaltar que o tecido social na contemporaneidade, sobretudo na região do ocidente, fundamenta-se na lógica de produtividade e de funcionamento, no qual está inclinada na aquisição de lucro, possuindo, dessa forma, como característica central a flexibilização da produção.

Este constructo de flexibilidade é decorrente do arquétipo japonês designado de toyotismo, originário no ambiente das oficinas de automotivos japonesas, sendo que atualmente essa forma de funcionamento capitalista está difundida em diferentes âmbitos organizacionais (BERNARDO, 2009).

De acordo com Ferraz, Maciel e Sousa (2015), estes ratificam que com a precarização das relações trabalhistas, como por exemplo, a terceirização, os vínculos entre as pessoas, conseqüentemente, acabaram estabelecendo-se de

modo tênue, devido a configuração dos setores, quer seja na dimensão sindical como a nível de coletivo.

Completa Coelho, Ferraz e Moreira (2015), que o incremento das inovações tecnológicas influenciou a gênese de um novo colaborador, sendo este afeiçoado por meio da percepção empresarial e igualmente do conhecimento estudado nas academias científicas favorecendo, deste modo, a obtenção de especialidades egocêntricas, modificando a noção de trabalhador e colaborador.

Seligmann-Silva et al. (2010), expõem que a vivência de precarização e de uma maior flexibilidade nas organizações, cooperou significativamente para o desenvolvimento de experiências vinculadas à sentimento de insegurança, condutas egocêntricas e alta competitividade. Do mesmo modo, esta conjuntura além de desempenhar um agudo conflito entre os colaboradores, convém de gatilho para o incremento de doenças mentais, a exemplo da síndrome de Burnout, quadros depressivos, de ansiedade, dentre outros (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016).

Em pesquisas referentes aos vínculos trabalhistas e processo de adoecimento psicológico, Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), perceberam uma contradição existente no contexto organizacional nos dias atuais, verificando que, o desenvolvimento tecnocientífico, ao invés de reduzir os impactos à saúde, têm se afastado constantemente desse princípio, elucidando como exemplo a precariedade social, a saúde dos colaboradores e os conflitos advindos do meio ambiente.

Nesse viés, os autores Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), embasam-se em duas perspectivas para refletir a temática, isto é, histórica e social, sendo, consecutiva, demarcadas em três momentos: o organizacional e o processo de adoecimento, abarcado através de uma percepção que vai além de características singulares e penetra em conflitos de saúde pública; o trabalho e a precariedade no meio ambiente, ligado ao consumo acentuado que comprometem tanto a conjuntura atual como futuras gerações, além da contaminação da biodiversidade; e a ação laborativa e precarização social, assinalada pela fragilidade dos vínculos e supervalorização dos objetos.

Em vista disso, Jacques e Amazarray (2006, p. 94), ressaltam:

As transformações no cenário mundial e suas expressões no mundo do trabalho, tais como desemprego e subemprego, processos organizacionais internos de reestruturação produtiva e introdução de novas formas de gestão, enxugamento do quadro de funcionários,

inovações tecnológicas frequentes, são reconhecidas como fatores que vêm contribuindo para o crescimento do sofrimento mental e dos distúrbios psicológicos de modo geral.

Segundo dados estatísticos atuais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Previdência Social (MPS), estes revelam que existe um quadro significativo no que diz respeito ao aumento do adoecimento mental dos colaboradores. As informações da OMS asseguram que aproximadamente 40% dos colaboradores podem estar acometidos por algum tipo de adoecimento mental, sendo 30% consistem em síndromes menores e 5 a 10% são caracterizados como estados acentuados. Em concordância, os dados da MPS explanaram que, somente nos últimos anos, o afastamento por parte dos colaboradores no ambiente organizacional relacionados a fatores de adoecimento mental tem aumentado de forma alarmante, representando o terceiro lugar (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016).

Marinho e Ratto (2016), afirmam que a significação do trabalho nos dias atuais é concebida em duas percepções: a primeira pertinente à inserção social e, a segunda, a sua utilidade momentânea. Portanto, indo de uma perspectiva de produtividade para consumista, assinalada pela ambivalência vida-precariedade.

Nesta perspectiva, a reflexão em relação ao processo de adoecimento mental, em especial vinculado às mulheres, em decorrência da realização de múltiplas tarefas é relevante à medida que contribui para o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a minimização dos impactos na saúde mental destas. A partir disso, Silva e Faria (2018) complementam que o aumento de quadros psicopatológicos tem sido motivado pelo excessivo investimento ao setor da tecnologia em detrimento das relações humanas e ambiente dando, portanto, margem para o adoecimento do trabalhador.

Apontam ainda que estudos realizados na década de 60 do século passado revelou um impacto significativo sobre a importância de favorecer meios para a promoção de qualidade de vida no ambiente de trabalho, visto que em contraponto, a não promoção de cuidado pertinente à saúde dos trabalhadores pode engendrar uma série de consequências, afetando, por sua vez, o seu bem-estar e a produtividade (SILVA; FARIA, 2018).

Em vista disso, para Fiorelli (2004) é notório a importância do psicólogo como profissional implicado no questionamento dos vínculos trabalhistas e

desenvolvimento de ações voltadas para o cuidado na saúde mental. Nesse caso, a sua atuação estaria direcionada em possibilitar a constituição de espaços que privilegiem a promoção da saúde do trabalhador, a exemplo da figura da mulher e, conseqüentemente, contribuindo para uma maior produtividade laboral e aumento da qualidade de vida, além de ressignificar a percepção dos trabalhadores no que diz respeito ao adoecimento psicopatológico no ambiente de trabalho.

Assim, a figura do profissional da psicologia em uma perspectiva laborativa delinea-se a partir de uma noção de cuidado para com as pessoas, imerso sempre em uma leitura da realidade em que visualize o outro, considerando as suas limitações e potencialidades, favorecendo ainda a identificação de fatores de risco que podem impactar na saúde mental do colaborador (PUCCI; KANAN; SILVA, 2017).

6 METODOLOGIA

O método utilizado para a realização deste trabalho se deu por meios da pesquisa bibliográfica, a qual de acordo com Gil (2002) permite a construção de um estudo através de materiais já elaborados, os quais estão acessíveis ao público por meio de livros, revistas, artigos, dentre outros, consolidando desse modo, dados relevantes à temática que está sendo abordada. Frente e a isto, foram pesquisados literaturas das plataformas scielo, google acadêmico, pepsic, no mês de Novembro, por meio da utilização das palavras chaves: mulher, trabalho, saúde mental, adoecimento mental, múltiplos papéis, pluralidade de papéis e múltiplas tarefas. Desse modo, os critérios de inclusão para consultar artigos científicos foram aqueles publicados em língua portuguesa, no período de 2008 a 2018.

Nesse sentido, a abordagem da pesquisa foi do tipo qualitativa a qual fundamenta-se em um desenvolvimento de análises mais profunda de determinada temática com fins de compreender melhor o objeto de estudo (GIL, 2002).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente estudo acerca das múltiplas tarefas realizadas pelas mulheres e o seu impacto na saúde mental destas, observou-se o quanto o processo de inserção no mercado de trabalho foi carregado de preconceito, de precarização,

de segregação, dentre outros aspectos que refletiam essa experiência. Percebe-se que mesmo depois de tantos anos, atualmente ainda há sim grandes preconceitos sobre a capacidade da mulher em realizar atividades neste meio.

A pesquisa evidenciou que para além desse espaço do mercado de trabalho que foi e está sendo conquistado por este gênero, são delimitados as mulheres diversos outros afazeres, a exemplo das atividades domésticas, educacionais dos filhos, dentre outros. Desse modo é possível afirmar com este estudo, que esses múltiplos papéis acabam por interferir diretamente na saúde mental das mulheres, pois verifica-se o quanto dar de conta de tantas atividades traz sobrecarga física e mental, em que muitas das vezes diante desse processo são desenvolvidos quadros de ansiedade e depressão, chegando até mesmo a apresentar a Síndrome de Burnout.

Considera-se por tanto que tal temática é relevante visto que, por mais que atualmente as mulheres estejam presentes no mercado de trabalho, com bons currículos, estando capacitadas e apresentando habilidades para estar neste, ainda assim os salários dessas quando comparado a funções e cargos realizados por homens, a remuneração das mulheres é inferior a dos homens. Com isso tal fato acaba por contribuir cada vez mais com uma relação de desigualdade de gênero, em que as mulheres têm suas potencialidades colocadas de lado. E diante disso, esse torna-se mais um fator que contribui para a qualidade da saúde mental da mulher.

Frente a isto, torna-se fundamental o papel do psicólogo diante deste cenário, visto o quanto de sofrimento pode ser causado diante de um contexto que acaba por demandar cada vez mais da mulher, a necessidade de dar de conta de todos esses papéis que lhe são delegados. Para além de um espaço de escuta a esse sofrimento, torna-se fundamental que o profissional de psicologia esteja engajado em lutar pela quebra de desigualdade de gênero, que acaba sendo o gerador de adoecimento mental.

Desse modo, o presente trabalho abre possibilidade de estudos a serem desenvolvidos nessa temática, visto que muito se tem a discutir sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, bem como os impactos causados pelos múltiplos papéis que são assumidos pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. F.; GUIMARÃES, M. O. A inserção da mulher no mercado de trabalho: direitos, desigualdades e perspectivas, **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 38-44, 2009. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/rev_augustus_ed%2028_art04.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.
- AMARAL, G. A. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Itinerarius reflectionis**, v. 2, n. 13, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/22336>>. Acesso em: 18 set. 2018
- AMARAL, G. A.; VIEIRA, A. A mulher e a tripla jornada de trabalho: a arte de ser beija-flor. In: XXXIII Encontro ANPAD, 2009, São Paulo, (**Anais**), São Paulo: ANPAD, 2009, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR324.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.
- BARROS, A. M. de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª Ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967-1970.
- BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BERNARDO, M. H; NOGUEIRA, F. R. C; BÜLL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.63, n.SPE, p. 83-93, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672011000300009&script=sci_abstract>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- COELHO, H; FERRAZ, D. L. S; MOREIRA, P. A. **Sindicatos: obstáculos e potencialidades ao movimento de constituição da consciência de classe**. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas gerais, 2015.
- COELHO, M. de F. **Feminismo, Gênero e Violência Contra a Mulher: uma análise da produção teórica**. Brasília: UnB, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/11637>>. Acesso em: 05 nov. 2018
- COSTA, A. O. et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200017>. Acesso em: 18 set. 2018.
- DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Trad. Márcia Bechara. São Paulo, 2016.
- FERRAZ, D. L. S; MACIEL, J. A; SOUSA, R. R. Representações sociais sobre ser trabalhador terceirizado e a precarização do trabalho. **Anais do Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Salvador, BA, 2015. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/~anpad/informativo.php?cod_informativo=100>. Acesso em: 08 nov. 2018.

FIORELLI, J. O. **Psicología para administradores**: integrando teoria e prática. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.35, n.122, p.229-248, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 07 nov. 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

HIGA, F. C .; VIEIRA, R. S. C. Proteção ou discriminação? passando a limpo algumas normas de tutela do trabalho da mulher, **Rev. TST**, Brasília, v. 79, nº 4, out/dez, p. 56-72, 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55986/003_higa_vieira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 set. 2018.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília, 2011. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> >. Acesso em: 07 nov. 2018.

JACQUES, M. G. C; AMAZARRAY, M. R. Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. **Revista Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v.20, p.93-105, jan-jun, 2006. Disponível em: < http://www.medtrab.ufpr.br/arquivos%20para%20download/saude_mental/TRABALHO%20BANC%20RIO%20E%20SA%20DADE%20MENTAL%20NO%20PARADIGMA%20DA%20EXCEL%20CANCAIA.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a03.pdf> >. Acesso em: 07 nov. 2018.

LOPES, M. N.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; BOECKEL, M. G. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v.22, n.4, p.917-928, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400018#end>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MAGALHÃES, T. A. L. de. **O papel da Mulher na Sociedade**. Revista da Faculdade de Direito, v. 75, p. 123–134, jan./dez., 1980. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1980;1000395056>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MARINHO, K. F.; RATTO, C. G. Modo borderline e mundo do trabalho: um ensaio sobre implicações e perspectivas atuais. **Saúde Soc**, São Paulo, v.25, n.1, p.171-185, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000100171&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MENDES, R. S. M.; VAZ, B. J. O.; CARVALHO, A. F. O movimento Feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba**, n.3, 2015. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/viewFile/25106/14464>> Acesso em: 07 nov. 2018.

NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, S. M. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 29ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: < [https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/AMAURI+MASCARO+NASCIMENTO/CURSO+DE+DIREITO+
DO+TRABALHO/CURSO+DE+DIREITO+DO+TRABALHO+
+AMAURI+MASCARO+NASCIMENTO?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481
fd9c&dsl=1&ext=.pdf](https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/AMAURI+MASCARO+NASCIMENTO/CURSO+DE+DIREITO+
DO+TRABALHO/CURSO+DE+DIREITO+DO+TRABALHO+
+AMAURI+MASCARO+NASCIMENTO?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481
fd9c&dsl=1&ext=.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2018.

PEGORARO, R. F.; CALDANA, R. H. L. Mulheres, Loucura e Cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.17, n.2, p.82-94, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 nov. 2018.

PINHO, P. S.; ARAÚJO, T. M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 3, p. 560-572, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v15n3/10.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

PUCCI, S. M.; KANAN, L. A.; SILVA, B. F. Riscos psicossociais no contexto do trabalho. **Rev. Gepesvida**, vol. 3, n. 6, p. 142-153, 2017. Disponível em: < <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/239/114>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

RIBEIRO, R.M.; JESUS, R. S. de A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 42-56, 2016. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol16/artigo3dvol16-1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.35, n.122, p.187-191, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200002>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA, K. A.; FARIA, B. E. M. Qualidade de vida no trabalho: a contribuição do psicólogo organizacional. **Rev. Psicol Saúde e Debate**.v.4, n.2, p.115-129, Jul,

2018. Disponível em:

<<http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V4N2A7/139>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

SILVA, M. P. da; BERNARDO, M. H; SOUZA, H. A. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.41, n.23, p.1-12, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1005/100549989016/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

TSCHIEDEL, R. M.; TRASEL, E. S. Mulher e dor: um estudo na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 611-624, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v13n2/v13n2a12.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

VALVERDE, J. A. V. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: discriminação, assédio, diferença salarial entre os gêneros e avanços na busca pela igualdade**. 2016. 37 f. [monografia de graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016]. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3318>>. Acesso em: 17 set. 2018.